



Número: **0041700-21.2010.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional de Família de Mangabeira**

Última distribuição : **27/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Regime de Bens Entre os Cônjuges, Alienação Judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUZINETE OLIVEIRA DA LIRA (AUTOR)		LISANKA ALVES DE SOUSA (ADVOGADO)	
JUSCELINO DE LIRA (REU)		MARIA LUCIA DE ALMEIDA (ADVOGADO) ANA CAROLINA COELHO DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
MARIA LUCIA DE SOUZA BIDO (TERCEIRO INTERESSADO)		GERMMANNO NOVAIS DE ARAUJO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39329 493	10/02/2021 18:10	Oficio Banco do Brasil	Ofício (Outros)



Poder Judiciário - Tribunal de Justiça
Estado da Paraíba - Comarca da Capital - Fórum Regional de Mangabeira
2º Vara Regional de Família de Mangabeira - Seção Família - Cartório Unificado
Av. Hilton Souto Maior, s/n - Mangabeira, João Pessoa/PB - CEP:58.013-520 - Tel.:(83):3238-6333 - **email:**
jpa-vrfam02@tjpb.jus.br

Ofício nº 020/FCVB/2021

João Pessoa, 10

Nº DO PROCESSO: 0041700-21.2010.8.15.2003
AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUZINETE OLIVEIRA DA LIRA
REU: JUSCELINO DE LIRA

À (o) S r . (a) G e r e n t e (a) ,
Instituição Bancária: Banco do Brasil (Setor Público).

Assunto: Solicitação de informações.

Através do presente, de ordem do MM. Juízo de Direito da 2º Vara Regional de Família de Mangabeira, Comarca de João Pessoa/PB, **solicito** de Vossa Senhoria, as devidas providências no sentido de que seja diligenciado e informado a este Juízo de Direito, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos depósitos realizados na conta judicial nº 99747159-X, da agência nº 2234, remetendo o respectivo extrato. Tudo conforme deliberação judicial proferida, que segue vinculada, fazendo parte integrante deste.



Atenciosamente,

FLAVIA CAMILO VIEIRA BEZERRA
Técnica Judiciária

“Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

